

BASE MONETÁRIA E INFLAÇÃO NO BRASIL NA DÉCADA DE 90.

Nelcileia Quixabeira Rocha¹

RESUMO

O estudo da base monetária e da inflação no Brasil na década de 90, objetivou analisar o comportamento da base monetária e da inflação no Brasil na década de 90. Foi utilizado o método de análise comparativa, pôr meio de números índices de base móvel, entre as variáveis: base monetária restrita (M1 – papel moeda em poder do público mais depósitos a vista nos bancos comerciais) e inflação (IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo). O referencial teórico baseou-se nas teorias política monetária e teorias da inflação, enfocando os instrumentos de política monetária adotadas para o combate da inflação. A hipótese de que a redução da base monetária como instrumento de política monetária, promoveu a queda da inflação no Brasil na década de 90, foi aceita nos anos de 1992; 1993 e 1999, pois á medida que a base monetária restrita (M1), aumentou a inflação também aumentou.

Palavras-Chaves:

Política monetária, instrumentos de política monetária, meios de pagamento, Governos Collor e FHC.

INTRODUÇÃO

No Brasil a inflação foi uma preocupação constante desde o processo de industrialização nos anos 30. Os anos 90 foram caracterizados por programas de estabilização

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela Unigoias. Rua Professor Lázaro Costa Qd. 14 Lt. 26 C-3 – Vila Canaã – Goiânia/GO. nclea@hotmail.com

de controle da inflação como os Planos Collor I,II e Plano Real. Estes planos utilizaram as políticas monetárias como um dos principais instrumentos de controle da inflação.

O controle da base monetária como instrumento de política monetária, foi um dos instrumentos utilizados para promover a estabilidade da inflação nos anos 90.

A tentativa de combate a inflação no governo Collor foi marcada por um ajuste fiscal, reduzindo o déficit público com contração monetária, como forma de reduzir a liquidez da economia. Porém, por falta de uma política monetária rígida, nota-se que o governo não conseguiu manter o controle da inflação, causando recessão econômica.

O governo Itamar Franco utilizou políticas de estabilização para corrigir o fracasso dos planos anteriores, criando as bases para o Plano Real.

O processo de combate da inflação adotado no País, foi iniciado com as fases do Plano Real, na tentativa de eliminar a memória inflacionária, criando um desindexador URV, para ajustar todos os preços e depois a transição para a nova moeda o Real.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar o comportamento da base monetária e da inflação no Brasil na década de 90. Para tanto, levanta-se a hipótese de que a redução da base monetária como instrumento de política monetária promoveu a queda da inflação no Brasil na década de 90.

Este trabalho utilizou-se da análise comparativa entre as variáveis obtidas por meio de números índices de base móvel. As variáveis são: Base monetária restrita (M1 – papel moeda em poder do público mais depósitos à vista nos bancos comerciais) e inflação medida pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo no Brasil na década de 90.

O embasamento teórico fundamentou-se nas Teorias Macroeconômicas de política monetária e teorias da inflação.

COMPORTAMENTO DA BASE MONETÁRIA RESTRITA E DA INFLAÇÃO

A política econômica do Brasil, foi marcada por sucessivas tentativas de estabilidade econômica, porém, somente com o Plano Real, o País conseguiu manter o controle da inflação, adotando políticas monetárias rígidas.

Dessa forma, para Brum (2000) o governo Collor marcou o início de um novo rumo no processo de desenvolvimento brasileiro. A partir de seu governo, o Brasil, inseriu-se nos modelos dos postulados neoliberais recém-consolidados no Consenso de Washington.

Assim, o Plano Collor propunha mudanças radicais na economia brasileira, visando, principalmente, a maior inserção do país no comércio internacional, segundo Lanzana (2002). O programa procurava, a curto prazo, derrubar a inflação a qualquer preço, por meio do ajuste fiscal, contração monetária e desindexação..

Segundo Gremaud *et al.* (2002) o impacto provocou um grande desequilíbrio do sistema produtivo com redução da produção, demissões, redução das jornadas de trabalho, férias coletivas, redução dos salários, deflação, atraso nos pagamentos de dívidas.

A taxa da inflação medida pelo IGP-DI, conforme Leite (2000) caiu do nível hiperinflacionário de março de 1990 para uma média mensal de 10% ao mês, no período de abril a junho do mesmo ano.

Porém, não foi eficaz, pois a inflação voltou a subir devido pressões dos agentes econômicos. De acordo com Lanzana (2002), o fracasso do Plano Collor I levou o governo a adotar novo congelamento de preços e salários em fevereiro de 1991. Dessa vez, porém, o congelamento veio acompanhado de forte elevação de tarifas públicas e uma nova tentativa de desindexação, com a criação da TR (taxa referencial).

Devido à não adoção de medidas antiinflacionárias rígidas por parte do governo, Baer (1996) argumenta que causou uma explosão das expectativas de inflação, cuja taxa mensal aumentou de 16% para 26% em outubro de 1991, gerando uma crise no mercado de câmbio com uma forte especulação em relação ao cruzeiro.

Com o fracasso da política macroeconômica o governo perdeu a credibilidade interna e comprometeu sua capacidade de ação, frente à instabilidade econômica ocorreu o impeachment do presidente.

O Plano Real, deu certo no combate a inflação pois atuou não só sobre a oferta monetária, mas também sobre outros fatores como indexação de preços, grau de abertura e regulação econômica e taxa de câmbio adotada, buscando promover mudanças estruturais economia e remover as fontes de inflação.

Dessa forma, sinalizava-se que a política econômica pós-plano tentaria controlar a demanda e desestimular processos especulativos, mantendo as taxas de juros elevadas. Com o controle da demanda e da expansão monetária, limitar-se-ia a capacidade dos agentes de repassar custos para os preços. Esse controle ficou conhecido como a “âncora monetária” do Plano Real.

Para Brum (2000), através de uma ação gradualista, o governo buscou compatibilizar a massa monetária circulante, o crédito e os juros, de modo a realizar o controle da inflação e apagar a memória inflacionária.

Segundo Leite (2000), o objetivo imediato dessa política monetária é promover a adequação da quantidade de moeda em circulação ou do nível das taxas de juros às necessidades da atividade econômica, de modo a estimular a expansão da produção, do emprego e da renda.

Conforme Lopes e Rossetti (2002), os instrumentos de política monetária se destinam basicamente a influenciar a oferta de moeda e a taxa de juros.

Segundo Mоторo Filho e Troster (2002), por meio dos instrumentos da política monetária, as autoridades monetárias podem fornecer ao sistema econômico uma oferta de moeda suficiente para o desenvolvimento das atividades econômicas, e manter a liquidez do sistema.

A base monetária restrita segundo Lopes e Rossetti (2002) corresponde ao papel-moeda emitido mais as reservas bancárias dos bancos oficiais e privados.

É através do Orçamento Monetário que as Autoridades Monetárias (AM) definem as metas quantitativas do crédito público e privado compatíveis com o volume desejado do M1, cita Fortuna (2002).

Analisando o comportamento da base monetária restrita e da inflação na década de 90, percebeu-se que a base monetária restrita sofre várias alterações no período bem como as taxas de inflação.

Dessa forma, o ano de 1990 foi caracterizado por uma expansão monetária excessiva, para cobrir o déficit público que beirava 6,9% do PIB, aumentando significativamente nos anos posteriores, onde o saldo da base monetária restrita sofreu um aumento de 270,37%, conforme Tabela 1.

A liberalização dos ativos bloqueados, Leite (2000) argumenta que provocou uma expansão monetária com o excesso de liquidez, reduzindo a taxa de juros e, como consequência, causando expectativa de inflação, gerando crise cambial, e com isso, desvalorização do cruzeiro.

Tabela 1. Base monetária restrita e inflação no Brasil de 1990 à 1999.

Ano	Base Monetária Restrita ¹ (M1) R\$ Milhões	Variação % (Base móvel)	IPCA %
1990	0,81	-	1.620,97
1991	3,00	270,37	472,70
1992	37,00	1.133,33	1.119,10
1993	795,00	2.048,65	2.477,15
1994	20.874,00	2.525,66	916,46
1995	26.615,00	27,50	22,41
1996	29.032,00	9,08	9,56
1997	45.612,00	57,11	5,22
1998	48.981,00	7,39	1,66
1999	59.032,00	20,52	8,94

Fonte: Bacen (2004); IBGE (2004), adaptada pela autora.

¹ – Média dos saldos diários.

O ano de 1991 foi marcado pela volta da ortodoxia numa tentativa de combater a inflação controlando os fluxos monetários e os gastos do governo, restringindo assim o crédito (GREMAUD et al. 2002).

Observa-se já em 1992 que a inflação elevou-se a uma taxa de 1.119,10% (Tabela 1), face às pressões para liberação de cruzados.

Em 1993, num cenário de elevada taxa de inflação atingindo 2.477,15%, conforme é apresentado na Tabela 1; houve um aumento da base monetária restrita, chegando a R\$ 795,00 milhões, sofrendo variação de 2.048,65%, em relação a 1992.

O aumento da base monetária restrita e da inflação no período citado, conforme Baer (1996), foram influenciados pela expansão dos gastos do governo, pela nova política salarial com aumento da indexação de salários e pela redução das taxas reais de juros.

A queda da inflação resultou em um aumento significativo da renda real de grupos de renda mais baixa, o que provocou uma elevação da demanda agregada, com expansão da base monetária restrita (M1) em 2.525,66% em 1994 (Tabela 1), contribuindo para aumento do consumo principalmente de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos. Ao mesmo tempo observou-se uma queda da inflação de 2.477,15% em 1993 para 916,46% em 1994.

Pode-se observar em 1995, que o Plano conseguiu uma forte redução da inflação de 916,46%, em 1994, para 22,41%, em 1995, conforme Tabela 1.

O Plano Real teve como objetivo estabilizar a moeda e recuperar-lhe a confiança, atacando as causas básicas da inflação (BRUM, 2000).

Com a estabilização da moeda, houve necessidade de aumentar o dinheiro em circulação na ordem de R\$ 26.615 milhões no ano de 1995. O aumento da quantidade de dinheiro em circulação, segundo Brum (2000), foi necessária para financiar o governo e a conter o aumento do déficit público, com isso, a base monetária restrita (M1) atingiu em 1995 um aumento de 27,50%.

O desempenho da economia brasileira em 1996 caracterizou-se pela continuidade da redução das taxas de inflação. Esse comportamento indica a consolidação do processo de estabilização, objetivo central das políticas econômicas implementadas ao longo desse período.

Neste contexto, conforme Boletim Anual do Bacen de 1996 (Bacen, 2004a), inseriu-se a política de liberação do crédito, com redução das taxas básicas de juros e da diminuição das taxas de recolhimento compulsório sobre os recursos à vista e a redefinição das regras para o recolhimento compulsório sobre os depósitos à prazo.

Em 1997, com as constantes quedas na taxa de juros, o cenário foi favorável pela política monetária na emissão de moeda e com isso, redução das expectativas de inflação

na economia, conforme apresentada na Tabela 1, o aumento da base monetária restrita de 57,11% e as taxas da inflação atingindo 5,22% no período citado.

A expansão da base monetária restrita pode ser atribuída pelo aumento da procura de moeda (remunerada e não-remunerada), decorrente da queda da inflação, ocorrendo assim a monetização da economia, conforme cita Vasconcellos (2002).

Neste contexto, a base monetária restrita em 1998 apresentou um total de R\$ 48.981,00 milhões, com variação de 7,39%, em relação a 1997, conforme Tabela 1, onde o papel-moeda em poder do público registrou expansão de 16,9% enquanto os depósitos à vista de 0,5%. A inflação mantida sob controle, atingindo no período uma taxa de 1,66%, com variação de queda de 3,56%, com relação a 1997.

A condução da política monetária no decorrer do ano de 1998 segundo Boletim Anual do Bacen de 1998 (Bacen,2004b), esteve condicionada à evolução das conduções de liquidez no mercado financeiro internacional, com aumento da taxa de juros frente as repercussões da crise do sudeste asiático e também pela desvalorização cambial da Rússia.

A partir de 1999, o Governo passou a adotar o sistema de metas de inflação. Com este sistema, controlou a política monetária (os juros e os agregados monetários), a partir de metas preestabelecidas para o crescimento dos preços. Se a meta perseguida estiver distanciada, pode-se esperar aperto monetário e conseqüentemente elevação de taxas de juros.

Percebe-se que, a política restritiva adotada pelo governo, com o aumento da taxa de juros para manter as reservas cambias, conforme Lanzana (2004), promoveu a estabilidade da economia, expandindo a oferta monetária, atingindo seu objetivo principal, controle da inflação, e com isso da demanda agregada.

A teoria de política monetária é aplicada nos períodos de 1992; 1993 e 1999, pois observou-se que a mesma teoria promoveu uma expansão da base monetária restrita (M1) e conseqüentemente aumento das taxas de inflação.

CONCLUSÃO

Analisando na década de 90 os planos de combate à inflação no Brasil, observa-se que, os índices da base monetária restrita (M1), sofreram um acréscimo de 7.287.801,24%, enquanto que as taxas da inflação decresceram de 1.620,97% em 1990 para 8,94% em 1999, pela adoção de outras políticas econômicas que influenciaram no controle da inflação no período.

Verifica-se que a base monetária restrita (M1), no período de 1990 a 1993, sofreu elevado aumento de 98.048,15%. Notando-se assim, que os instrumentos de políticas monetárias adotadas pelo governo, não alcançaram o objetivo proposto, o de reduzir a liquidez da economia, por meio de choques ortodoxos, para conter as altas taxas de inflação que, em 1993 atingiu uma taxa de 2.477,15%.

Em 1994, observa-se um acentuado aumento da base monetária restrita (M1) de 7.325,41%, em função do aumento da liquidez da economia, frente às políticas econômicas adotadas, reduzindo as taxas da inflação 907,52%, promovendo o ajuste fiscal mediante redução do déficit público e aumento das reservas cambiais.

Analisando o período de 1990 a 1999, aplicou-se as teorias de política monetária e da inflação apenas nos anos de 1992; 1993 e 1999. Nos demais anos embora houve um aumento da base monetária restrita (M1) houve queda da inflação, em virtude da adoção de outras políticas econômicas dos planos Collor I e II e Plano Real.

Assim, a hipótese levantada que a redução da base monetária restrita como instrumento de política monetária, promoveu a queda da inflação no Brasil na década de 90 foi aceita para os anos de 1992 e 1993, com aumento da base monetária restrita (M1) de

26.400%, enquanto que a inflação no mesmo período aumentou 2.004,45%; e para o ano de 1999, percebendo um aumento da base monetária restrita (M1) de 20,52%, se comparada com 1998, e das taxas de inflação de 7,28% se comparada com o mesmo período.

Rejeita-se a hipótese levantada para os anos de 1990; 1991; 1994 a 1998. Pois houve um aumento da base monetária restrita em 1990 para 1991 de 270,37%, enquanto as taxas de inflação decresceu no mesmo período 1.148,27%. Da mesma forma para os anos de 1994 a 1998, com elevado aumento da base monetária restrita (M1) de 6.061,13% e as taxas da inflação com queda de 2.475,49%.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAER, W; **A economia brasileira**; 2.ed. São Paulo: Nobel, 1996. 512p.

BACEN - Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 21 ag.2004.

_____ - Boletim Anual do Banco Central. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/Banual96/banud1c1.asp?idapai=boletim1996>. Acesso em: 17 ag.2004a.

_____ - Boletim Anual do Banco Central. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/ftp/Banual98/rel1998cap1p.pdf>. Acesso em: 17 ag.2004b.

BRUM, A.J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 21.ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2000. 571p.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 15.ed., Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. 656p.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M.A; TONETO JUNIOR., R. **Economia brasileira contemporânea**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 626p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índices de preços**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17.ago.2004.

LANZANA, A. E. T. **Economia brasileira: fundamentos e atualidade**. 2. ed., São Paulo: atlas, 2002. 196p.

LEITE, J.A; **Macroeconomia: teoria, modelos e instrumentos de política econômica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000. 696p.

LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P. **Economia monetária**. 8.ed., São Paulo: Atlas, 2002. 495p.

MONTORO FILHO, A.F.; TROSTER, R.L. Introdução à teoria monetária. PINHO, D.B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Manual de economia**. 3.ed., São Paulo: Saraiva, 2002. p.341-364.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia micro e macro**. 3.ed., São Paulo: Atlas, 2002. 439p.